

Estado e nação na obra historiográfica de Manoel Bomfim

Celso Noboru Uemori – PPG-PUC-SP

As “nações” na obra de Manoel Bomfim

Neste texto que apresento no XXIII Simpósio Nacional de História, abordo a relação entre Estado e “nação” na obra historiográfica de Manoel Bomfim (1868-1932). Preliminarmente, é preciso dizer que o conceito de “nação” no pensamento do autor tem dois significados: em *A América Latina*¹, publicado em 1905, ela foi delineada como um organismo que, graças ao parasitismo ibérico, nasceu e se desenvolveu amorfo, debilitado, dilacerado, atravessado por conflitos e antagonismos de classes e de grupos. Nessa obra, vislumbra-se um país que, no plano externo, subordinava-se à Metrópole e, no interno, convivia com a escravidão e a opressão de classe. O colonizador português, movido tão-somente pela vontade de se apropriar da riqueza da colônia, “educou” os colonos para explorar e extorquir o que o escravo produzia. Tudo isso está em seu livro *A América Latina*. Contudo, nos textos que foram elaborados mais de duas décadas depois - *O Brasil na América (1929)*², *O Brasil nação*³ *O Brasil na História*⁴, e, ambos de 1931, a “nação” apareceu caracterizada de outra forma. Bomfim construiu a imagem de uma entidade que, desde a origem, constituiu-se como um organismo homogêneo, uno e sem contradições.

Na obra *O Brasil na América* o colonizador português deixou de ser o parasita, aquele que atuou com violência contra a população nativa e que instituiu a escravidão. A análise da formação do Brasil, agora, não mais se deteve em diagnosticar os “males de origem” que geraram um país atrasado. Em *América Latina* o acento foi posto na crítica ao conservadorismo da classe dominante e a sua incapacidade de aceitar qualquer idéia de mudança por temer a perda de privilégios. Em *O Brasil na América*, Bomfim preocupou-se em caracterizar a relação dos portugueses com os índios do ponto de vista do encontro

entre duas civilizações, duas culturas ou duas tradições que se harmonizaram, havendo a perda das identidades particulares. Emergiu do enlace, do intercâmbio entre lusitanos e o “tupi” uma sociedade, um povo e uma “cultura” brasileiros; sociedade, cultura e povo que nem eram portugueses e nem indígenas, pois era algo novo, inusitado. Para Bomfim, o que menos importava é se houve vencedor ou vencido, pois o fundamental era destacar o encontro entre dois povos – índios e portugueses – que não tinham preconceitos e, por isso, estavam predispostos a assimilarem e serem assimilados. Resultou desse intercâmbio a formação de uma “nação” homogênea, ou seja, sem contradições e sem conflitos internos. A nação assim gerada era portadora de uma tradição peculiar.

Estado versus nação

O nosso autor construía o seu raciocínio opondo pares antagônicos, em um esquema bipolar. Por exemplo, em *A América Latina* ele colocou em campos opostos e antagônicos colônia e metrópole, senhor e escravo, parasita e parasitado. Em sua obra historiografia produzida nos final dos anos 20, o seu sistema binário privilegiou a relação Estado e nação. Esta foi descrita como uma entidade “natural”, criada pelos brasileiros, enraizada na tradição, na terra e na cultura. O Estado, por sua vez, era o invasor, a antinação, o espoliador, o parasita, o usurpador, o vírus que se alojou no organismo saudável (a nação). Os interesses de uma não eram os do outro; a hipertrofia do Estado implicava o enfraquecimento daquela.

A oposição entre Estado e nação serviu de parâmetro para Bomfim analisar a história do país. Tudo o que se referia à nação dizia respeito ao bem, ao positivo. Ao Estado associava-se o negativo, o mal. A atuação dos Indivíduos, os acontecimentos tidos como os mais relevantes e os movimentos políticos foram analisados dentro desse esquema binário. No pensamento de Bomfim, Estado e nação apareceram como dois pólos que se repeliam; o primeiro ligava-se à monarquia, aos Braganças, à centralização política, à asfixia das municipalidades, ao ataque às aspirações republicanas e democráticas, à injustiça, à

opressão e ao atraso econômico, político e social do país. A segunda foi associada ao “povo”, à liberdade, à justiça, à igualdade, à república, à democracia, ao progresso e à modernização.

Em tal esquema, desapareceram as diferentes temporalidades, as idiossincrasias, as especificidades dos acontecimentos. Assim, A Revolução Pernambucana, A Confederação do Equador, a Praieira, as revoltas das províncias contra o governo da Corte, entre outros movimentos políticos, foram encaixados em uma totalidade. Bomfim adotou uma perspectiva a-histórica, tornando viável transformar fatos produzidos historicamente em essência.

Por outro lado, na sua narrativa sobre a nação não existiam sujeitos portadores de interesses políticos, econômicos ou visões de mundo. Há, sim, um sujeito abstrato, que pode ser chamado de sentimento de nacionalidade ou de consciência nacional. Os paulistas (construtores de caminhos e de povoados), os brasileiros que lutaram contra os estrangeiros pela preservação do território, os rebeldes de 1817 e todos os demais personagens que participaram dos movimentos políticos do Primeiro Reinado, da Regência e do início do Segundo Reinado agiram tão-somente em defesa do “legítimo espírito nacional” e contra o Império. Não existiram, portanto, interesses de grupos, de classes ou regionais.

Tradições

Nos textos *O Brasil nação* e *O Brasil na História*, o foco da reflexão centrou-se na relação entre Estado e nação, configurando-se a bipolaridade que norteou a construção da sua análise. Nesses escritos, os conflitos e os antagonismos diziam respeito aos interesses conflitantes entre as duas entidades. Desse modo, Bomfim pensou em duas tradições: uma estava ligada à nação; outra, ao Estado. Aquela precisava ser preservada; esta, negada. A primeira era “estímulo e orientação” para nortear os rumos que o país precisava tomar, tendo em vista a superação do atraso e modernizá-lo. A sua herança consistia, no âmbito cultural, na possibilidade da convivência pacífica e solidária, na identificação afetuosa dos brasileiros com a Pátria, na consciência da nação como uma entidade dotada de identidade

e na predisposição dos brasileiros para aceitarem o novo. Na esfera política, ela referia-se à vida local, à democracia, à liberdade, na acepção liberal. Por outro lado, o Estado deixou como herança a concentração do poder, as clivagens regionais, o autoritarismo, os rigores do fisco, da polícia e, em consequência disso tudo, a indisposição de pessoas, de grupos, classes, contra essa entidade. Se havia violência, essa resultava primordialmente da tensão, dos atritos, das disputas políticas entre Estado e nação. No âmbito desta, predominava a convivência solidária, embora ele não negasse a existência de grupos, classes, instituições que tinham interesses distintos. A convergência tornava-se possível porque havia uma força exterior com capacidade aglutinadora: a consciência nacional. Em outros termos, ele concebeu a nação como um espaço em que as forças convergiam em torno de um centro. Ela foi concebida como uma entidade idêntica a si mesma. O Estado, por sua vez, era o “outro” que asfixiava as suas energias; a narrativa do conflito entre os dois dizia respeito à luta entre o desejo de mudar e a aspiração pela perpetuação do *status quo*.

¹ BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

² IDEM. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

³ IDEM. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

⁴ IDEM. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.